



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:

Prefeitura Municipal de Cordeiros

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

Fundo Municipal de Educação

LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA

Início de acolhimento de propostas: dia 05/09/2025

Recebimento de Propostas: até as 09h00min do dia 16/09/2025

Início da sessão de disputa de lances: às 09h00min do dia 16/09/2025

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos
<https://bnccompras.com> ou por e-mail: setor.llicitacao.pmc@gmail.com

OBJETO:

Aquisição de Equipamentos e Utensílios para atender a necessidade das Escolas no regime de Tempo Integral no município de Cordeiros, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 93.041,86 (noventa e três mil quarenta e um reais oitenta e seis centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

AMOSTRA:

Não será exigida amostra

ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não existem lotes/itens reservados e/ou exclusivos para as empresas enquadradas como ME /EPP/EQUIPARADAS

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Não será exigida a implantação de programa de integridade

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:

- **Nome do(a) Pregoeiro(a):** ELISABETE DE OLIVEIRA ALVES
- **E-mail:** setor.llicitacao.pmc@gmail.com
- **Endereço:** Praça Coronel José Moreira Cordeiro, n.º 104, Centro, Cordeiros - Bahia.

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- Lei Federal nº 147/2014;
- Decreto Federal nº 10.024/2019;
- Decreto Municipal nº 138/2021;

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços** para Aquisição de Equipamentos e Utensílios para atender a necessidade das Escolas no regime de Tempo Integral no município de Cordeiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

1.5. O valor previamente estimado da contratação da presente licitação está indicado no Termo de Referência **ANEXO I**.

2. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam aos requisitos do Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema "Pregão Eletrônico", no sítio <https://bnccompras.com>

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações

efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

- a)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** Pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.
- c)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f)** Diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;
- g)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h)** Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele

a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado <https://bncccompras.com>, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo E-mail: setor.licitacao.pmc@gmail.com

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como "equiparada" o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedural (indicados no subitem 5.2 deste Edital).

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedural, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a O(a) Pregoeiro(a)(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

a) Valores unitários e total por lote, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;

b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, O(a) Pregoeiro(a) considerará o prazo acima mencionado;

c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;

5.1.1. O licitante não poderá se identificar no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a

integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. GARANTIA DA PROPOSTA

5.3.1. Não será exigido seguro garantia para o presente processo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA apresentação de propostas e lances, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea "c", deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;

b) As propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, O(a) Pregoeiro(a) ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O(a) Pregoeiro(a) e as licitantes.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.8.7. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

DO MODO DE DISPUTA

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Durante esse tempo, todos os licitantes classificados podem registrar lances sucessivos e decrescentes.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, tendo ocorrido lance nos últimos 2 minutos, o sistema automática e sucessivamente prorroga a sessão por mais 2 minutos.

6.9.3. Não havendo lance nos últimos 2 minutos, o sistema finalizará o período de lance e ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.10. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.11. Retornando a conexão do(a) Pregoeiro(a) ao sistema, todos os atos praticados

pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.14.1. Considera-se como "equiparadas" o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.14.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea "a", serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea "a".

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de

realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas.

6.17.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.17.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ULTIMO LANCE OFERTADO

6.18. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a via a plataforma, no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação dO(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação.

6.18.1. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo aO(a) Pregoeiro(a) informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.19. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

6.19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;
- II - apresentarem preços inexequíveis;
- III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - contiverem vícios insanáveis;
- VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.19.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

- I - A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
- III - Aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;
- IV - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
- V - A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou
- VI - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.19.2.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.19.3. No caso de apresentação de proposta inexequível (inciso IV do subitem 6.19.1), o(a) Pregoeiro(a), para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

c) Solicitar à licitante a composição do preço de venda, onde deverá demonstrar o custo de aquisição do produto, os custos com impostos, taxa de administração e lucro. A planilha deverá vir acompanhada das notas fiscais para demonstrar o custo de aquisição do produto.

6.19.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.20.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.21. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

6.21.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

6.21.1.1. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

6.21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

6.21.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.21.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.21.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.21.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

6.21.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

6.21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

6.21.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.21.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.22. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão.

6.22.1. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 6.22, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

6.22.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

6.23. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e dos aderentes de preços, se houver, observado o disposto neste edital.

DO CRITÉRIO DE REGIONALIDADE NAS DISPUTAS

6.24. Em consonância com o disposto no Decreto Municipal nº 138/2021, que regulamenta no âmbito do Município de Cordeiros/BA os benefícios legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente os arts. 47 e 48, e considerando o

disposto no art. 20º, do referido Decreto, fica assegurado o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas e com efetivo funcionamento local, no território do município de Cordeiros/BA.

6.24.1. Durante a etapa de julgamento das propostas, em caso de empate entre propostas de ME/EPP locais e de empresas de fora do município, será concedido direito de preferência à empresa local, nos termos do Decreto Municipal nº 138/2021, desde que esteja devidamente registrada e ativa no Município de Cordeiros;

6.24.2. Nos termos do art. 44, §2º da LC nº 123/2006, e conforme Decreto Municipal 138/2021, Art. 21, considera-se empate a proposta da ME/EPP local que for até 10% superior à melhor classificada.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o(a) Pregoeiro(a) identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE**

HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.7.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pela Pregoeira, sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao(a) Pregoeiro(a) verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I - A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II - A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2 Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para

a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital.

7.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

7.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

7.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.13. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar as seguintes declarações ou gerá-las em campo próprio do Sistema <https://bnccompras.com>

I - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto no subitem 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão;**

II - O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);

III - A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única

8.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.

8.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

8.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao(a) Pregoeiro(a) que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente

solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

- I** - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II** - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;
- III** - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV** - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a)** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b)** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR "NÃO PARTICIPANTES"

10.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sanções são aquelas previstas no item **11** do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

DA APLICAÇÃO DA SANÇÃO

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do Sistema <https://bnccompras.com>

12.3. Compete ao(a) Pregoeiro(a) receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

13.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

13.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

13.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

13.2.3. Caso o(a) Pregoeiro(a) julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o(a) Pregoeiro(a) ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;



- II - por meio de autenticação por cartório competente;
- III - por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- IV - perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

13.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

13.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o(a) Pregoeiro(a) solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, na Coronel José Moreira Cordeiro, n.º 104, Centro, Cordeiros - Bahia, das 8h às 12h, das 14h às 17hs.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereços eletrônicos <https://bnccompras.com> ou por e-mail: setor.licitacao.pmc@gmail.com

13.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

13.10. Fica eleito o foro da cidade de **Cordeiros, Estado da Bahia**, renunciando-se



a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

13.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES (A, B, C, D, E).

CORDEIROS/BA, em 03 de setembro de 2025.

Cinara Alves de Moraes Andrade

Secretaria de Educação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Definição do Objeto, Quantitativos e Prazos

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos e utensílios destinados ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais em regime de Tempo Integral no Município de Cordeiros, visando garantir melhores condições de funcionamento, infraestrutura adequada e suporte pedagógico às atividades desenvolvidas no programa de tempo integral.

Natureza do Objeto

O objeto é classificado como bem de consumo, classificados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Especificações Técnicas

Os equipamentos e utensílios a serem adquiridos deverão atender aos seguintes parâmetros mínimos:

- Qualidade: materiais novos, de primeira linha, livres de defeitos e em conformidade com normas técnicas vigentes.
- Compatibilidade: adequados ao uso escolar, compatíveis com o ambiente educacional e com os recursos disponíveis nas unidades de ensino.
- Durabilidade: resistência a uso contínuo em ambiente escolar, com vida útil compatível à finalidade.
- Segurança: atendimento às normas de segurança aplicáveis, especialmente no manuseio por crianças e adolescentes, quando pertinente.

Quantitativos Estimados

LOTE 01 - Eletrodomésticos e móveis			
Item	Produto	Unid.	Quant.
1	LIQUIDIFICADOR 1400W com 6 Lâminas, 3,1L de Capacidade, 220V	Unid.	1
2	BATEDEIRA PLANETÁRIA capacidade 5L 750W 12 velocidades tigela inox função pulsar massa pesada pés antiderrapante, 220v	Unid.	1
3	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO 20 PORTAS / Dimensões 198x122,5x40 / Chapa 26, Fechamento cadeado, Pintura eletrostática (epoxy/poliester)	Unid.	1



4	MESA DE PLÁSTICO MONOBLOCO QUADRADA, Polipropileno Injetado, Altura 70cm x 70cm largura, comprimento 70cm, cor branca	Unid.	10
5	CADEIRA DE PLÁSTICO Polipropileno, Branca, dimensões 51,2P x 42,5L x 88,8A centímetros, suporta até 182kg	Unid.	32
6	ESTANTE DE AÇO MULTIUSO Chapa 26 - 6 Prateleiras / 194 cm de altura x 91 cm de comprimento x 40 cm de profundidade; Pintura eletrostática, Cada prateleira suporta 50kg distribuídos.	Unid.	3

LOTE 02 - Copa e cozinha

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 5 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Aço cougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 12 cm X Largura: 15 cm X Comprimento: 32cm	Unid	2
2	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 10 L Com Tampa Multiuso, Frigorífica, Aço cougue, polipropileno atóxico, Medidas: Altura: 12,5 cm x Largura: 26 cm x Comprimento: 40 cm	Unid	2
3	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 20 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Aço cougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 24 cm X Largura: 31 cm X Comprimento: 46cm	Unid	2
4	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 40 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Aço cougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 28 cm X Largura: 37 cm X Comprimento: 53cm	Unid	2
5	TACHO 21L - Grande 50 Cm Alumínio Fundido Grosso Com Tampa	Unid	2
6	PANELA CAÇAROLA N° 30 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegas de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 30 cm / Altura: 14 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 10 Litros. Tolerância +/- 10%	Unid	2
7	PANELA CAÇAROLA N° 36 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegas de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 36 cm / Altura: 17,5 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 17 Litros. Tolerância +/- 10%	Unid	4
8	PANELA CAÇAROLA N° 40 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegas de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 40 cm / Altura: 19 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 23 Litros . Tolerância +/- 10%	Unid	2
9	Frigideira Hotel N40 Antiaderente Cabo Baquelite Comprimento com cabo: 70,5 cm Diâmetro: 40 cm Altura: 8 cm	Unid	2
10	CONCHA PARA FEIJÃO, totalmente em aço inox, dimensão 30cm	Unid	4
11	PEGADOR DE MASSA, Ergonômico totalmente Em Aço Inox inoxidável, 20 Cm	Unid	4
12	ESPÁTULA DE SILICONE 30 Cm Reforçada, aguenta temperaturas de até 220°C	Unid	6
13	FACA DE CARNE com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano espessura 3,0mm comprimento 33mm, nº10 - tolerância +/-10%	Unid	2
14	FACA DE LEGUMES com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano espessura 3,0mm comprimento 21mm, nº4 - tolerância +/-10%	Unid	4
15	GARFO DE MESA totalmente em inox, cabo liso, 4 dentes, comprimento aproximado 19,8cm	Unid	48



16	FACA DE MESA totalmente em aço inoxidável Dimensão 21,3cm	Unid	48
17	PEGADOR DE SALADA, totalmente em aço inoxidável - 28,5 cm	Unid	4
18	BACIA PLÁSTICA 8L - fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 320mm x10mm x 1,1 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 8L - tolerância +/-10%	Unid	2
19	BACIA PLÁSTICA 17L fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 380mm x150mm x1,2 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 17L - tolerância +/-10%	Unid	2
20	BACIA PLÁSTICA 27L, fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 420mm x 200mm x1,3 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 27L - tolerância +/-10%	Unid	2
21	CANECA DE ALUMÍNIO 3,2 Litros Cabo Baquelite, dimensões: 16 cm de altura x 16 cm largura x 16 cm de profundidade; peso: 0,430 Kg	Unid	4
22	GARRAFA TÉRMICA EM INOX 1,0 L - com o corpo construído em aço inoxidável, fundo, tampa e alça, preferencialmente, na cor preta, provido de isolamento térmico, com ampola de vidro espelhado, sistema de bomba automática através de pressão, tampa rosqueável de forma a garantir perfeita vedação, conservando a temperatura do líquido armazenado e impedindo vazamentos	Unid	4
23	GARRAFÃO TÉRMICO 5L - fabricado em polipropileno com espuma interna de poliuretano, fechamento em rosca, Alça ergonômica, borda corta-pingo, removível, Conservação Térmica:10h Frio / 10h Quente	Unid	4
24	KIT CONDIMENTOS. Vem com 10 potes para tempero de vidro com tampa dosadora dupla. capacidade: 100ml.altura: 104mm com tampa / 101mm sem tampa. largura: 43mm de diâmetro espessura do vidro: 3mm.peso: 98g com tampa dosadora dupla tampa: tampa dosadora dupla	Unid	4
25	TIGELA 3,2L 26cm inox funda	Unid	2
26	TIGELA INOX 4,5L 29cm inox funda	Unid	2
27	TIGELA INOX 7,6L 34cm inox funda	Unid	2
28	COPO DE VIDRO liso transparente, incolor, parede sem deformações, base redonda grossa, altura de cerca de 13 cm, diâmetro de 65mm, borda arredondadas com polimento anticortante, capacidade aproximada de 300ml.	Unid	60
29	CANECAS DE VIDROS TRANSPARENTE/INCOLOR. Fabricado em vidro temperado liso, resistente a impactos e a pequenas quedas. Superfície lisa, sem ranhuras. Resistente a microondas, freezer e geladeira. Resistente a maquina de lava-louças. Capacidade até 300ml	Unid	200
30	PRATO FUNDO EM VIDRO temperado 19,6cm transparente medidas - altura x largura 3,7 x 19,6cm espessura do vidro - aproximadamente 3mm composição - vidro temperado	Unid	144
31	ASSADEIRA RETANGULAR N°4 em alumínio polido, tipo hotel, com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 40cm de comprimento, 29cm de largura, 5cm de altura. tolerância +/-10%	Unid	6
32	ASSADEIRA RETANGULAR N°6 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 50cm de comprimento, 35 cm de largura, 7cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	Unid	6
33	ASSADEIRA RETANGULAR N°7 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 60cm de comprimento, 40cm de largura, 8cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	Unid	6



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028

UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



34	TRAVESSA RETANGULAR DE VIDRO. Para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira Altura: 7Cm Largura: 24,9Cm Comprimento: 40,4Cm - 5,3L. tolerância +/-10%	Unid	2
35	TRVESSA RETANGULAR DE VIDRO. Para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira Altura: 7Cm Largura: 22Cm Comprimento: 36Cm - 3,3L. tolerância +/-10%	Unid	2
36	CALDEIRÃO ALUMÍNIO POLIDO 30L industrial linha hotel com tampa e pegador de tampa, alças bilaterais, diâmetro 38cm, altura 31cm 30L	Unid	2
37	CALDEIRÃO ALUMÍNIO POLIDO 20L industrial linha hotel com tampa e pegador de tampa, alças bilaterais diâmetro 34cm, altura 23cm	Unid	2
38	Xícara de Chá com Pires 240 ml - Em vidro temperado, suas peças são resistentes a impactos e podem ser levadas ao micro-ondas, freezer, geladeira e lava-louças	Unid	48
39	PANELA DE PRESSÃO, material alumínio polido, capacidade 7 l, sistema segurança válvula segurança, características adicionais tampa com sistema de fechamento externo	Unid	4

LOTE 03 - Musical

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	ZABUMBA tamanho mínimo 18" x 20 madeira, afinação dupla (canoas) verniz/pintada aros de alumínio.	Unid.	1
2	TRIANGULO MUSICAL de aço cromado 30 cm com baqueta e bag de proteção.	Unid.	1
3	TIMBAU feito em alumínio ou aço inox. Tamanho mínimo: 10"x 50cm. Pele leitosa ou hidráulica. Com estrutura metálica com mínimo de 6 tarraxas de afinação. Capa de proteção	Unid.	1
4	BONGÔ COM SUPORTE Material madeira, tamanho 7' x 8'pol, características adicionais pele em couro, cromado com suporte 6x7	Unid.	1
5	TAMBORIM de 06 polegadas\, de alumínio com pele de nylon., tamborim 06 aço com clamp tt 409, tamborim: corpo: abs aro: aço inox afinadores: 6 pele: leitosa. Tamanho: 6". Medidas do produto: comprimento: 16\,5 cm largura: 16\,5 cm de altura: 4 cm peso: 0\,310 kg. Com capa reforçada para proteção	Unid.	1
6	UKULELE - ACÚSTICO - Tamanho 20" Formato do Corpo: Soprano Número de Cordas: 4. Madeira de Braço: Nato. Madeira de Tampo: Mahogany Laminado. Madeira da Lateral: Mahogany Laminado, Madeira de Fundo: Mahogany Laminado. Nut (Capo Traste): 34,5mm Número de Trastes: 12	Unid.	1
7	CAXIXI instrumento musical - percussão, tipo caxixi, material palha, tamanho aproximado 6,50 x 14 x 6,50, características adicionais fundo cabaça tratada e sementes.	Unid.	1
8	PANDEIRO - Acabamento em poliestireno, pele leitosa, alumínio e aço Especificações: Código do Produto: TP309 Peso: 0,560 Kg Altura: 5,20 cm Largura:9,50 cm Comprimento: 9,50 cm.	Unid.	1
9	PAR DE MARACAS com casco arredondado de madeira e cabo de madeira. Com capa reforçada para proteção	Par	1
10	BERIMBAU COMPLETO -Pintado Tamanho 160 cm de Altura, Modelo Gunga, Modelo Gunga. Acompanhado de: 1- Baqueta de Tucum Tamanho 40 cm de comprimento; 1- Dobrão de Pedra; 1- Arame Tamanho 180 cm de comprimento. Fabricado com: Madeira Biriba	Unid.	1



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



11	CONTRA BAIXO de 5 (cinco) cordas - instrumento musical de corda, componentes com 5 cordas e estojo, tipo contrabaixo elétrico. com capa reforçada para proteção	Unid.	1
12	PEDESTAL GIRAFÁ p/ microfone c/ cachimbo acabamento: preto epóxi; altura mínima: 1,00 cm; altura máxima: 1,70 cm.	Unid.	2
13	Cabos para instrumentos P10 - 5M	Unid.	5
14	MICROFONE DE MAO COM FIO - dinâmico. Unidirecional. Impedância Nominal: 600 Ohms. Resposta de frequência: 80Hz a 15KHz, Sensibilidade (campo livre, sem carga): 1KHzMinima terminação de impedância: 1K Ohms. Sensibilidade do campo magnético: 50Hz cabo de no mínimo 5m de comprimento, conector xlr 3 pinos	Unid.	2
15	TECLADO ELETRÔNICO PORTÁTIL - tamanho 5/8 61 Teclas Adulto - 01 Suporte em X / 01 Capa de Transporte Preta / 01 Pedal Sustain / 01 Fonte Bivolt Original / 01 Estante de Partitura Original - com fonte bivolt.	Unid.	1
16	KIT CAIXA DE SOM ATIVA PASSIVA 150w 2 suportes pedestais, mesa de 8 canais e cabo P10. Especificações Técnicas caixa Ativa potência 150 W RMS, sistema eletro acústico, Falante de 8", Tweeter Piezoelétrico, entradas: 01 P10 para Microfone, 01 P10 Line, 01 RCA Auxiliar, 01 USB, 01 SD Card, equalização, graves e agudos. Módulo Media Player Entrada USB, SD Card, Sistema Compatível com bluetooth, Controle Remoto, Change Folder e Display em LED sensibilidade (1W/1M) 91Db 1MTS. resposta de frequência 60Hz - 18Khz, alimentação 127/220V. Especificações Técnicas caixa Passiva. potência. 75W RMS. sistema eletro acústico .Woofer 8" ,Tweeter Piezoelétrico sensibilidade (1W/1M) . 91Db 1MTS. resposta de frequência 60Hz - 18Khz. Especificações Técnicas mesa: Ajuste de Ganho por canal, Volume independente das saídas L e R, Equalizador de 02 vias - Graves e Agudos, Canal Estéreo com conectores P10 e RCA, 8 Canais P10 (6 canais mono / 1 estéreo), Dimensões (A x L x P): 65 mm x 254 mm x 250 mm	Unid.	1

LOTE 04 - Esportivo

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	COLETE INFANTIL DUPLA FACE, 100% poliéster, cores a serem escolhidas pela Secretaria de Educação	Unid.	60
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO em com 11 gomos (termotec) - tecnologia de termo fusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. Maior durabilidade e alta performance, com (dupla colagem) - dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (neogel) - composto de amortecimento interno com 4.5mm	Unid.	5
3	BOLA DE VOLEIBOL MIRIM matrizada oficial com 18 gomos, confeccionada em pu, com câmara airbility, miolo slip system (lubrificado e substituível), com peso entre 240 a 270 gramas e circunferência entre 60 e 63 cm	Unid.	7
4	BOLA DE FUTSAL oficial com 62 a 64cm de circunferência, 400 a 440gr de peso, 8 gomos, feita em pu, inid. Construção termotec, câmara 6d, camada interna neogel, forro termofixo, dupla colagem	Unid.	7
5	BOLA DE HANDEBOL mirim oficial h1 l, tamanho mirim, tamanho 49-51 cm diâmetro, 20x20x20 cm, peso 230-270 g, miolo removível e lubrificado.	Unid.	7



CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



6	PETECA ESPORTIVA: Peteca esportiva padrão oficial, com base em borracha e penas naturais (4 penas oficiais branca paralelas), discos montados em camadas sobrepostas com sinalizador e amortecedor com dimensões: Diâmetro da base: 5 a 6 cm; peso aproximado de 42gr a 50gr; altura total aproximada com a base de: 20cm.	Unid.	20
7	REDE DE PETECA Material: Polipropileno, Seda Medida: 1,00 x 8,00 metros fio 1,5mm 1 Faixa Sintética costurada na parte superior da rede	Unid.	2
8	BAMBOLÉ 63CM, aro de plástico pvc reforçado com 63 cm de diâmetro para ginástica em movimento.	Unid.	40
9	REDE DE VOLEI Medidas: altura 1,00m, largura 9,00 m, malha 10 x 10 cm, fio espessura 4 mm, material 100% PEAD (polietileno de alta densidade), fio trançado. Faixa de lona 100% algodão com costura dupla na parte superior da rede	Unid.	2
10	BOLA INICIAÇÃO N°10, borracha, 48 a 50cm, 180-200g, câmera airbility, miolo slip system removível e lubrificado	Unid.	10
11	BOLINHAS DE PLÁSTICO várias cores (para piscina de bolinhas) material tipo emborrachado, que garante mais durabilidade ao produto, não a deixando quebrar ou amassar, no tamanho de 76 mm atóxicas e não prejudicam a saúde dos usuários, saco com 100 unidades.	Pct	10

LOTE 05 - Tecidos

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR AZUL Helanca Light tensionado, 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20
2	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR AMARELA Helanca Light tensionado, 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20
3	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR BRANCA Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20
4	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR VERDE Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20
5	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR ROSA Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20
7	TECIDO OXFORD LISO - COR AZUL ROYAL, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6
8	TECIDO OXFORD LISO - COR AMARELO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6
9	TECIDO OXFORD LISO - COR VERMELHO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6
10	TECIDO OXFORD LISO - COR LARANJA, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6
11	TECIDO OXFORD LISO - COR VERDE, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6
12	TECIDO OXFORD LISO - COR ROXO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6

LOTE 06 - Jogos Pedagógicos

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	DOMINÓ SILÁBICO - jogo forma palavras, caixa de madeira, até 28 peças, encaixe de correr, material em madeira ou MDF	Unid.	20



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028

UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



2	JOGO DE DOMINÓ ADIÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20
3	JOGO DE DOMINÓ SUBTRAÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20
4	JOGO DE DOMINÓ MULTIPLICAÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20
5	JOGO DE DOMINÓ DIVISÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20
6	JOGO DE DOMINÓ FRASES - Jogo didático composto por 28 peças em M.D.F, 01 caixa de madeira multicolor.	Unid.	20
7	JOGO DOMINÓ TEMA TRÂNSITO em M.D.F. 28 peças de 7 x 3,5 cm, pintada e serigrafada com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 17 x 9,5 x 4 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível	Unid.	10
8	JOGO DOMINÓ 28 PEÇAS, tipo dominó profissional, material das peças em osso puro, tipo peças padrão, para jogos profissionais. Pedras grandes, 100% feitas em osso, Tamanho da Pedra de 5x2,5x1 (Comprimento x Largura x Espessura), contendo 28 peças duplas. Com numeração de 0 a 6.	Unid.	20
9	QUEBRA CABEÇA MAPA DO BRASIL, material madeira, quantidade 27 peças, características adicionais 1 base e 26 peças com os estados do brasil., cor multicolor, aplicação jogo de colocação de peças	Unid.	20
10	QUEBRA-CABEÇA COM 50 PEÇAS EM MDF JOGO QUEBRA-CABEÇA NATUREZA PEQUENO EM MDF Composto por 50 peças. Medidas do Quebra cabeça montado: 30 x 23 cm. 1 Base de M.D.F. medindo 33,5 x 26,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível	Unid.	20
11	BLOCO DE ENCAIXE VERTICAL - Base em Madeira tamanho 33 x 22 x 6 cm com 10 pinos para encaixe das peças + 25 peças geométricas coloridas com furos para serem encaixados na base. Pode ser usado também como um quebra cabeça / puzzle vertical. Desenvolve o raciocínio lógico, concentração, seriação e classificação. I	Unid.	20
12	ÁBACO EM MADEIRA - fechado com 10 Colunas e 100 Argolas; Medindo aproximadamente 400 x 380 x 70mm. Acondicionado Em Embalagem Apropriada	Unid.	10
13	ÁBACO ABERTO- Jogo para aprender matemática - confeccionado em MDF, Plásticos translúcido e Madeira, medindo 30x7x11cm, 5 varetas fixas, na base e 50 argolinhas de PVC rígido, translúcido coloridas	Unid.	10
14	MATERIAL DOURADO INDIVIDUAL COM 62 PEÇAS - contendo 62 Peças. Produzido em madeira, sendo: 2 prismas para as centenas, 10 Prismas para as dezenas e 50 cubinhos para as unidades. Prisma centena medindo aproximadamente 10x10x1cm, Prisma dezena medindo aproximadamente 10x1x1cm e cubinhos medindo aproximadamente 1x1x1cm. Recomendado para crianças a partir de 5 anos. Embalagem em caixa de madeira, com encaixe de correr; lacrada. Tampa Serigrafada. Com Certificado do Inmetro	Unid.	10
15	JOGO DE DAMA com 24 peças, tabuleiro em madeira mdf; em dimensões mínimas 26cm x 26cm; (12 peças brancas e 12 peças pretas)	Unid.	10
16	BARALHO. kit com 55 cartas de baralho (conjunto de 52 cartas+ 2 curingas + 1 carta garantia), em cartão couché 290g, com deslize aveludado, com naipe grande. tamanho da carta: 5,6 x8,7 cm. material plástico com difícil desgaste.	Unid.	10
17	JOGO UNO - jogo de cartas com 114 cartas medindo 5,6x8,7cm de cartão ou papel revestido de plástico.	Unid.	20



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



18	CUBO MÁGICO Cubo mágico profissional 3x3x3. Dimensões aproximadas: 56x56x56 cm; Material de composição: Plástico colorido sem adesivos; Características: Mecanismo ajustável com molas.	Unid.	20
19	PEGA VARETAS - Jogo de pega varetas em plástico, com 31 peças coloridas. Tamanho mínimo das varetas 16,5cm de comprimento. Jogo tradicional de habilidade, concentração e estratégia. Embalagem: caixa litografada com instruções/regras do jogo; Composição / Material: Plástico	Unid.	20
20	JOGO DE PALAVRAS CRUZADAS em madeira: contém: 120peças e 01 tabuleiro (35 x 25 cm)	Unid.	20
21	Bingo de letras: composto por no mínimo 187 peças em MDF contendo 10 placas, 27 letras recortadas e 150 letras. Acondicionado em maleta plástica com alça e trava, medindo aproximadamente 32 x 7 x 28 cm.	Unid.	20
22	JOGO XADREZ - Jogo confeccionado em M.D.F - Estojo tabuleiro serigrafado, com 32 peças para o xadrez	Unid.	10
23	JOGO PEGA - PEGA TABUADA Com 42 cartelas de resultados, 1 sorteador, 1 disco de números, 2 bolinhas, 4 tabelas de tabuadas e 1 manual de instruções	Unid.	10
24	ALFABETO MÓVEL C/ 44 LETRAS; contém 44 letras acondicionadas em caixa de madeira tipo estojo, medindo 30cm de comprimento x24cm de largura x 0,7 cm de altura. embalagem em plástico encolhivel.	Unid.	10
25	TAPETE ALFABÉTICO ENCAIXADO - Material EVA, contendo 26 peças (letras de A a Z). Características: 36 placas 30x30cm e 8mm de altura; cobre área de 3m ² aproximadamente; colorido; lavável; - atóxico; antiderrapante;	Unid.	6
26	JOGO - APRENENDENDO A SOLETRAR -São 28 fichas e uma roleta para as crianças se divertirem enquanto aprendem; De 1 a 4 jogadores; Peças resistentes e de alta qualidade; Embalagem com tampa e fundo, fácil de abrir e fechar	Unid.	10
27	JOGO APRENENDENDO AS HORAS Peças em madeira reciclada e a pintura é feita na própria madeira: Itens inclusos: 13 peças. Dimensões aproximadas do produto: AxL 25cm x 25cm.	Unid.	10
28	JOGO DA MEMÓRIA LETRAS E FIGURAS com 52 peças de 50 x 38 x 3 mm cada Composição / Material: Madeira Embalagem: Madeira	Unid.	20
29	JOGO SEQUÊNCIA LÓGICA - Cenas Diversas. Conteúdo da Embalagem: 16 peças coloridas, Medidas do Produto (CxLxA): 7 x 7 x 0,3 cm (peça); Medidas da Embalagem (CxLxA): 23,5 x 10 x 4 cm; Material de Composição: Madeira.	Unid.	10
30	JOGO SOLETRANDO - jogo de mesa educativo soletrando 528 fichas numeradas contendo palavras, 1 tabuleiro, 10 fichas numeradas (1a 10) 1 ampulheta, alfabeto móvel com: 25 vogais (5 de cada) , 105 consoantes (5 de cada), 12 sinais gráficos 42,2x28,2x8,4cm.	Unid.	10

LOTE 07 - Papelaria			
Item	Produto	Unid.	Quant.
1	Papel ofício a4 210x297 pct 500 fls cx c/ 10 pcts 75gr com selo cerflor 31/01 - pedc - pefc/28-31- 01 - selo imetro - alcalino - iso 9001 / iso 14001 - selo ecf (livre de cloro elementar)	Cx	30
2	Lapis grafite preto nº 02 cx c/144 unds	Cx	10
3	Borracha branca 40 cx c/40 unds	Cx	10
4	Tinta guache coloridas 250ml	Unid.	60



CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



5	Pincel chato nº 8	Unid.	50
6	Tesouras escolar	Unid.	48
7	Fita ad pp 45x50 transparente 50	Unid.	50
8	Fita ad dupla face espuma/banana 12x1,5m	Unid.	5
9	Lápis cor 12 cores grande	Cx	20
10	Cola branca 90g	Unid.	100
11	Grampos 26/6	Cx	20
12	Grampeador 26/6 para 25fl metal	Unid.	10
13	EVA liso cores variadas	Unid.	100
14	EVA com gliter cores variadas	Unid.	100
15	Papel Kraft Branco 70g Com 90cm X 50 Metros	Rolo	2
16	TNT liso rolo com 50M	Rolo	15
17	Papel cartão a4 240g pct c/ 100 folhas	Pct	10
18	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls amarelo	Pct	3
19	Papel oficio a4 210x297 pct 100 fls azul	Pct	3
20	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls rosa	Pct	3
21	Papel oficio a4 210x297 pct 100 fls verde	Pct	3
22	Marcador p/q.branco azul recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, espessura da escrita: 3,5mm, refil e	Cx	4
23	Marcador p/q.branco vermelho recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, espessura da escrita: 3,5mm, refil e ponta substituíveis	Cx	4
24	Marcador p/q.branco preto recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, espessura da escrita: 3,5mm, refil e ponta substituíveis .	Cx	4
25	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml - azul	Unid.	2
26	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml- vermelho	Unid.	2
27	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml - preto	Unid.	2
28	ponta de poliéster 6mm para marcador	Unid.	45
29	Livro ponto oficio 4 assinaturas c/100fls	Unid.	5
30	Livro ata 100 fl	Unid.	5
31	Massa de modelar 12 cores 180 gr	Cx	50
32	Envelope saco branco 24x34	Unid.	100
33	Envelope carta of. 114x229 s/cep	Unid.	100

LOTE 08 - Horta

Item	Produto	Unid.	Quant.
1	TELA DE SOMBREAMENTO (SOMBRITE) 50% especificação: peça 4 x 50m com Proteção Aditivo UV Não Resseca Não Fica Quebradiça e Não Desfia	Rolo	2
2	SEMENTES DE ALFACE livre de agrotóxicos e transgênicos. pacote 50 g	Pct	6
3	SEMENTES DE COENTRO livre de agrotóxicos e transgênicos. Pacote 500 g	Pct	4



4	SEMENTES DE BETERRABA livre de agrotóxicos e transgênicos. Pacote 500g	Pct	4
5	SEMENTES DE TOMATES livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 50 g	Pct	3
6	SEMENTE DE CENOURA livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 50 g	Pct	5
7	SEMENTES REPOLHO livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 100 g	Pct	3
8	REGADOR 5L, plástico, bico chuveiro, alça inteira, capacidade de 5L	Unid.	10
9	REGADOR 10L, plástico, bico chuveiro, alça inteira, capacidade de 10 L	Unid.	5
10	TESOURA PODA, jardinagem, grama, cerca viva, material lâmina aço carbono. cabo de madeira. comprimento total de 48,2 cm	Unid.	1
11	ALICATE JARDIM, material da lâmina aço carbono, cabo de plástico, trava de segurança para fechamento das lâminas quando não estão em uso. Comprimento total 21cm	Unid.	1
12	BANDEJA SEMENTEIRA 200 células para plantio De Mudas. composição plástico. Comprimento 53cm, largura 27cm, profundidade 4,5cm	Unid.	4
13	SERROTE DE PODA profissional cabo madeira - lâmina em aço alto carbono temperado e lixado. cabo ergonômico injetado. dentes travados com dupla afiação.	Unid.	1
14	KIT DE JARDINAGEM COM 5 PEÇAS: 01 und - Pazinha Larga com Cabo, 30,2cm x 8,3cm, em aço carbono: 01 und - Pazinha Estreita com Cabo, 30,6cm x 5,8cm, em aço carbono 01 und - Ancinho 3 Dentes com Cabo, 24,7 cm x 7,2cm, em aço carbono 01 und - Sacho Duas Pontas com cabo 60 cm. 01 und - Sacho Coração com cabo, 60cm x 26,6 cm, em aço carbono	Kit	3
15	TAMBOR BOMBONA plástico polipropileno, capacidade 200 litros com tampa de rosca removível	Unid.	2
16	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL, contendo tanque de polietileno com capacidade de 20 litros, alavanca de acionamento, conjunto de pulverização com bomba do tipo pistão duplo de latão, 6 kgf/cm ² de pressão de trabalho máxima, lança de 60 cm, mangueira de 1,35 m com registro e sistema de correia para fixação às costas do usuário	Unid.	1
17	SACO PLÁSTICO de cor preta próprio para mudas tamanho 10cm x 20cm	Unid.	1000

Prazos de Execução/Entrega

- Prazo de vigência do contrato/ata de registro de preços: 12 (doze) meses, a contar da assinatura.
- Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento.
- Periodicidade: entregas parceladas, conforme demanda das Secretarias Municipais.

Locais de Entrega

As entregas deverão ocorrer nas Escolas Municipais de Tempo Integral da rede pública de ensino de Cordeiros - BA, conforme relação fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, no ato da ordem de fornecimento.

Regras para Recebimento

- Recebimento provisório: conferência física e documental dos produtos entregues, mediante termo emitido pela unidade requisitante.
- Recebimento definitivo: após verificação da conformidade técnica, validade, integridade das embalagens e testes de qualidade, sendo lavrado termo de aceite definitivo.
- Produtos em desacordo deverão ser substituídos em até 48 horas sem ônus para a Administração.

Modelo de Execução do Objeto

A execução se dará por meio de fornecimento parcelado sob demanda, conforme requisições das Secretarias Municipais, com controle pela área requisitante e fiscalização pela Comissão de Gestão e Acompanhamento do Contrato.

Garantia e Manutenção

Para os equipamentos, deverá ser oferecida garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo, bem como suporte técnico junto ao fabricante ou assistência autorizada, quando aplicável.

2. Fundamentação da Contratação e Solução como um Todo

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) já elaborado, que demonstra a necessidade da aquisição de equipamentos e utensílios destinados às Escolas Municipais em regime de Tempo Integral no município de Cordeiros - BA. O ETP evidencia que a disponibilização desses bens é indispensável para a melhoria da infraestrutura escolar, contribuindo diretamente para o fortalecimento do processo pedagógico e para a garantia de condições adequadas ao desenvolvimento integral dos alunos.

Relação com o Interesse Público

A aquisição dos equipamentos e utensílios guarda estreita relação com o interesse público, uma vez que permitirá:

- Ampliar a eficiência e qualidade dos serviços educacionais, assegurando recursos adequados para a execução das atividades escolares em tempo integral.
- Oferecer suporte estrutural às unidades de ensino, de forma a garantir ambientes apropriados para alimentação, estudo, lazer e atividades pedagógicas complementares.

- Promover equidade e inclusão educacional, atendendo ao direito fundamental à educação com padrões mínimos de qualidade, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e legislação correlata.

Descrição da Solução como um Todo

A solução proposta consiste na aquisição integral dos bens definidos no Termo de Referência, compreendendo todo o ciclo de vida do objeto, desde a entrega até o recebimento definitivo e posterior utilização nas unidades escolares. A adequação da solução às necessidades da Administração está evidenciada nos seguintes aspectos:

Planejamento: aquisição fundamentada em estimativas reais de demanda das escolas de tempo integral, conforme levantamento realizado pela Secretaria de Educação.

Execução: fornecimento em lote único, com entrega direta nas unidades escolares beneficiárias, assegurando agilidade e efetividade no atendimento.

Utilização: uso contínuo e imediato dos equipamentos e utensílios, promovendo melhor aproveitamento da jornada escolar ampliada.

Manutenção e Garantia: previsão de garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos, assegurando cobertura contra defeitos de fabricação e suporte técnico junto ao fornecedor.

Sustentabilidade e Durabilidade: aquisição de bens de qualidade, duráveis e seguros, reduzindo custos de reposição a curto prazo e assegurando maior economicidade ao erário.

3. Requisitos da Contratação e Critérios de Seleção

Requisitos Técnicos e Operacionais

A presente contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais que assegurem a entrega de equipamentos e utensílios de qualidade, compatíveis com o ambiente escolar, seguros e duráveis, de forma a garantir a plena execução das atividades do programa de tempo integral:

- **Desempenho:** bens novos, de primeiro uso, com padrões mínimos de qualidade assegurados pelo fabricante.
- **Compatibilidade:** adequação ao ambiente escolar e às necessidades específicas das unidades de tempo integral.
- **Segurança:** conformidade com as normas de segurança aplicáveis, em especial quando se tratar de itens destinados ao uso direto por crianças e adolescentes.
- **Durabilidade:** resistência ao uso contínuo, com vida útil compatível à demanda das atividades escolares.

- Entrega: os itens deverão ser entregues devidamente embalados, com identificação, manual de instruções em língua portuguesa (quando aplicável) e nota fiscal correspondente.

Normas e Regulamentos Aplicáveis

Sempre que aplicável, os bens deverão observar normas técnicas e regulamentações oficiais expedidas pela ABNT, INMETRO, ANVISA ou órgãos reguladores equivalentes, de acordo com a natureza de cada item

Critério de Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 28 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de menor preço por lote, observadas as condições e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

Para fins de contratação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou

empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.2.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência;

3.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



3.2.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência;

3.2.9 – Alvará de Funcionamento

3.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já executou ou está executando, de forma satisfatória, serviços/produto de natureza e vulto semelhantes ao objeto da licitação.

a.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverão conter, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição detalhada dos serviços prestados/fornecimento dos produtos, contendo a indicação da quantidade;
- Nome empresarial da licitante responsável pela execução dos serviços;
- Data de emissão do atestado;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função na entidade emitente);
- Preferencialmente, papel timbrado da emitente.

a.2) Os atestados poderão ser objeto de diligência, nos termos do inciso I do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de verificação de autenticidade e conformidade das informações prestadas.

3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.4.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no preâmbulo deste edital, caso o documento não consigne prazo de validade. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no preâmbulo deste edital, caso o documento não consigne prazo de validade.

3.4.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que



comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. Serão considerados como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais assim apresentados:

3.4.2.1 - microempresas E empresas de pequeno porte (sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317/96 - "Simples"): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das demonstrações de resultado do último exercício social devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

3.4.2.2 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte enquadradas no SIMPLES NACIONAL poderá apresentar em substituição ao balanço o extrato do SIMPLES NACIONAL dos últimos 03 (três) meses;

3.4.2.3 - O Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais deverão trazer obrigatoriamente a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou de outro profissional.

3.4.2.4 - A boa situação financeira da licitante será comprovada através do índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0 (um) e índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0 (um). Caso a empresa tenha ILG menor que 1,0 (um) estará habilitada neste item se comprovar que possui Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior que 1,5 (um e meio).

3.4.2.4.1 - As seguintes definições de índices financeiros se aplicam neste subitem:
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) - indica quanto à empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis em curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

ILC = Ativo Circulante/Passivo Circulante,

onde a barra normal "/" equivale a operação matemática de divisão.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) - indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

ILG = Ativo Circulante + Realizável em longo prazo/Passivo Circulante + exigível em longo prazo

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) - Indica o quanto que a empresa dispõe em Ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve, além dos recursos líquidos, também os permanentes.



ISG = Ativo Total /Passivo Circulante + Exigível em Longo Prazo

4. Modelo de Gestão do Contrato

Procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública Municipal, por meio de servidores designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O acompanhamento será feito de forma continua, registrando-se em relatórios ou termos de ocorrência todas as verificações, conformidades ou eventuais não conformidades.

Definição de Responsáveis

A gestão do contrato caberá à Secretaria Municipal de Administração, por meio de servidor formalmente designado como Gestor do Contrato, que poderá contar com o apoio de fiscais técnicos indicados pelas Secretarias demandantes, responsáveis pela conferência das entregas.

Critérios e Métricas de Avaliação

A avaliação da execução será realizada com base nos seguintes critérios e indicadores:

- Cumprimento dos prazos de entrega: máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de fornecimento;
- Qualidade do produto: conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nas normas técnicas aplicáveis (ABNT/INMETRO);
- Integridade da entrega: embalagens originais, lacradas e com validade adequada;
- Disponibilidade logística: capacidade de entrega nos locais designados, sem atrasos injustificados;
- Atendimento às solicitações da Administração: respostas ágeis a eventuais notificações ou pedidos de substituição.

Regras para Controle de Qualidade e Conformidade

- Serão aceitos apenas produtos novos, originais de fábrica e devidamente certificados;
- O recebimento provisório será condicionado à conferência física, documental e de conformidade técnica;

- O recebimento definitivo somente ocorrerá após a emissão de termo de aceite pela unidade requisitante, confirmado que o produto atende plenamente às especificações.

Ações Corretivas e Medidas em Caso de Descumprimento

Em caso de descumprimento contratual, a Administração poderá:

- Solicitar substituição imediata do produto em desacordo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- Aplicar advertência ou multas previstas no contrato;
- Suspender ou rescindir o contrato, conforme gravidade da ocorrência e em conformidade com os arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021;
- Registrar ocorrências em bancos de dados oficiais (SICAF, PNCP, etc.), quando cabível.

5. Critérios de Medição e Pagamento

Critérios para Aferição da Execução Contratual

A aferição da execução contratual será realizada com base nos seguintes indicadores de desempenho:

- Conformidade técnica: entrega dos produtos de acordo com as especificações do Termo de Referência, normas da ABNT/INMETRO e exigências do fabricante;
- Cumprimento dos prazos: observância do prazo máximo de entrega de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento;
- Qualidade do fornecimento: recebimento de produtos em embalagens originais, lacradas, dentro do prazo de validade e sem avarias;
- Disponibilidade e atendimento: capacidade de resposta do fornecedor para substituição de itens rejeitados em até 48 (quarenta e oito) horas.

Procedimentos de Validação do Cumprimento do Contrato

O cumprimento do contrato será validado mediante:

- Vistorias e inspeções realizadas no ato da entrega, com conferência física e documental dos produtos;
- Testes técnicos e verificação de conformidade, sempre que necessário, por amostragem ou solicitação da Administração;
- Registro formal em termos de recebimento provisório e definitivo, que atestem a conformidade do fornecimento.

Formas de Pagamento

- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- O pagamento será parcelado conforme as entregas realizadas, mediante empenho prévio da despesa;
- Não haverá adiantamento de valores, salvo hipóteses previstas em lei.

Regras para Retenções ou Glosas

- Serão aplicadas glosas parciais ou totais quando houver inconformidades na entrega, até que a contratada promova a substituição ou regularização do fornecimento;
- Poderão ser retidos valores para garantia do adimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou contratuais, conforme legislação vigente;
- Em caso de descumprimento reiterado, poderão ser aplicadas penalidades previstas nos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021.

Condições para Pagamento Final

O pagamento somente será autorizado mediante:

- Apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada;
- Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta atualizada nos cadastros competentes;
- Confirmação, pelo Gestor do Contrato, de que o fornecimento foi realizado em conformidade com todas as especificações e condições pactuadas.

6. Preços Referenciais e Estimativa da Contratação

O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado, considerando os quantitativos. A estimativa contempla o valor unitário e o valor total por item, resultando em um montante global de R\$ 93.041,86 (noventa e três mil quarenta e um reais oitenta e seis centavos).

LOTE 01 - Eletrodomésticos e móveis						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	LIQUIDIFICADOR 1400W com 6 Lâminas, 3,1L de Capacidade, 220V	Unid.	1		R\$ 231,27	R\$ 231,27



2	BATEDEIRA PLANETÁRIA capacidade 5L 750W 12 velocidades tigela inox função pulsar massa pesada pés antiderrapante, 220v	Unid.	1		R\$ 457,30	R\$ 457,30
3	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO 20 PORTAS / Dimensões 198x122,5x40 / Chapa 26, Fechamento cadeado, Pintura eletrostática (epoxy/poliesteर)	Unid.	1		R\$ 1.825,12	R\$ 1.825,12
4	MESA DE PLÁSTICO MONOBLOCO QUADRADA, Polipropileno Injetado, Altura 70cm x 70cm largura, comprimento 70cm, cor branca	Unid.	10		R\$ 86,77	R\$ 867,70
5	CADEIRA DE PLÁSTICO Polipropileno, Branca, dimensões 51,2P x 42,5L x 88,8A centímetros, suporta até 182kg	Unid.	32		R\$ 39,50	R\$ 1.264,00
6	ESTANTE DE AÇO MULTIUSO Chapa 26 - 6 Prateleiras / 194 cm de altura x 91 cm de comprimento x 40 cm de profundidade; Pintura eletrostática, Cada prateleira suporta 50kg distribuídos.	Unid.	3		R\$ 319,66	R\$ 958,98
TOTAL LOTE 01						R\$ 5.604,37

LOTE 02 - Copa e cozinha						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 5 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 12 cm X Largura: 15 cm X Comprimento: 32cm	Unid	2		R\$ 18,23	R\$ 36,46
2	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 10 L Com Tampa Multiuso, Frigorífica, Açougue, polipropileno atóxico, Medidas: Altura: 12,5 cm x Largura: 26 cm x Comprimento: 40 cm	Unid	2		R\$ 33,32	R\$ 66,64
3	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 20 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 24 cm X Largura: 31 cm X Comprimento: 46cm	Unid	2		R\$ 40,82	R\$ 81,64
4	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 40 L Com Tampa Multiuso Frigorífica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 28 cm X Largura: 37 cm X Comprimento: 53cm	Unid	2		R\$ 69,83	R\$ 139,66
5	TACHO 21L - Grande 50 Cm Alumínio Fundido Grosso Com Tampa	Unid	2		R\$ 319,65	R\$ 639,30
6	PANELA CACAROLA N° 30 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 30 cm / Altura: 14 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 10 Litros. Tolerância +/- 10%	Unid	2		R\$ 101,97	R\$ 203,94



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



7	PANELA CAÇAROLA N° 36 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 36 cm / Altura: 17,5 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 17 Litros. Tolerância +/- 10%	Unid	4		R\$ 199,09	R\$ 796,36
8	PANELA CAÇAROLA N° 40 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 40 cm / Altura: 19 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 23 Litros . Tolerância +/- 10%	Unid	2		R\$ 158,29	R\$ 316,58
9	Frigideira Hotel N40 Antiaderente Cabo Baquelite Comprimento com cabo: 70,5 cm Diâmetro: 40 cm Altura: 8 cm	Unid	2		R\$ 125,18	R\$ 250,36
10	CONCHA PARA FEIJÃO, totalmente em aço inox, dimensão 30cm	Unid	4		R\$ 13,03	R\$ 52,12
11	PEGADOR DE MASSA, Ergonômico totalmente Em Aço Inox inoxidável, 20 Cm	Unid	4		R\$ 12,71	R\$ 50,84
12	ESPÁTULA DE SILICONE 30 Cm Reforçada, aguenta temperaturas de até 220°C	Unid	6		R\$ 13,70	R\$ 82,20
13	FACA DE CARNE com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano espessura 3,0mm comprimento 33mm, nº10 - tolerância +/- 10%	Unid	2		R\$ 42,67	R\$ 85,34
14	FACA DE LEGUMES com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano espessura 3,0mm comprimento 21mm, nº4 - tolerância +/- 10%	Unid	4		R\$ 12,74	R\$ 50,96
15	GARFO DE MESA totalmente em inox, cabo liso, 4 dentes, comprimento aproximado 19,8cm	Unid	48		R\$ 1,77	R\$ 84,96
16	FACA DE MESA totalmente em aço inoxidável Dimensão 21,3cm	Unid	48		R\$ 3,05	R\$ 146,40
17	PEGADOR DE SALADA, totalmente em aço inoxidável - 28,5 cm	Unid	4		R\$ 16,43	R\$ 65,72
18	BACIA PLÁSTICA 8L - fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 320mm x10mm x 1,1 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 8L - tolerância +/-10%	Unid	2		R\$ 9,96	R\$ 19,92
19	BACIA PLÁSTICA 17L fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 380mm x150mm x1,2 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 17L - tolerância +/-10%-	Unid	2		R\$ 10,34	R\$ 20,68
20	BACIA PLÁSTICA 27L, fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 420mm x 200mm x1,3 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 27L - tolerância +/-10	Unid	2		R\$ 44,08	R\$ 88,16
21	CANECA DE ALUMÍNIO 3,2 Litros Cabo Baquelite, dimensões: 16 cm de altura x 16 cm largura x 16 cm de profundidade; peso: 0,430 Kg	Unid	4		R\$ 38,80	R\$ 155,20



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



22	GARRAFA TÉRMICA EM INOX 1,0 L - com o corpo construído em aço inoxidável, fundo, tampa e alça, preferencialmente, na cor preta, provido de isolamento térmico, com ampola de vidro espelhado, sistema de bomba automática através de pressão, tampa rosqueável de forma a garantir perfeita vedação, conservando a temperatura do líquido armazenado e impedindo vazamentos	Unid	4		R\$ 74,08	R\$ 296,32
23	GARRAFÃO TÉRMICO 5L - fabricado em polipropileno com espuma interna de poliuretano, fechamento em rosca, Alça ergonômica, borda corta-pingo, removível, Conservação Térmica:10h Frio / 10h Quente	Unid	4		R\$ 51,14	R\$ 204,56
24	KIT CONDIMENTOS. Vem com 10 potes para tempero de vidro com tampa dosadora dupla. capacidade: 100ml.altura: 104mm com tampa / 101mm sem tampa. largura: 43mm de diâmetro espessura do vidro: 3mm.peso: 98g com tampa dosadora dupla tampa: tampa dosadora dupla	Unid	4		R\$ 54,20	R\$ 216,80
25	TIGELA 3,2L 26cm inox funda	Unid	2		R\$ 30,36	R\$ 60,72
26	TIGELA INOX 4,5L 29cm inox funda	Unid	2		R\$ 33,72	R\$ 67,44
27	TIGELA INOX 7,6L 34cm inox funda	Unid	2		R\$ 53,94	R\$ 107,88
28	COPO DE VIDRO liso transparente, incolor, parede sem deformações, base redonda grossa, altura de cerca de 13 cm, diâmetro de 65mm, borda arredondadas com polimento anticortante, capacidade aproximada de 300ml.	Unid	60		R\$ 6,21	R\$ 372,60
29	CANECA DE VIDROS TRANSPARENTE/INCOLOR. Fabricado em vidro temperado liso, resistente a impactos e a pequenas quedas. Superfície lisa, sem ranhuras. Resistente a microondas, freezer e geladeira. Resistente a maquina de lava-louças. Capacidade até 300ml	Unid	200		R\$ 6,85	R\$ 1.370,00
30	PRATO FUNDO EM VIDRO temperado 19,6cm transparente medidas - altura x largura 3,7 x 19,6cm espessura do vidro - aproximadamente 3mm composição - vidro temperado	Unid	144		R\$ 5,62	R\$ 809,28
31	ASSADEIRA RETANGULAR N°4 em alumínio polido, tipo hotel, com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 40cm de comprimento, 29cm de largura, 5cm de altura. tolerância +/-10%	Unid	6		R\$ 38,15	R\$ 228,90
32	ASSADEIRA RETANGULAR N°6 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 50cm de comprimento, 35 cm de largura, 7cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	Unid	6		R\$ 95,27	R\$ 571,62



CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



33	ASSADEIRA RETANGULAR N°7 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 60cm de comprimento, 40cm de largura, 8cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	Unid	6		R\$ 153,52	R\$ 921,12
34	TRAVESSA RETANGULAR DE VIDRO. Para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira Altura: 7Cm Largura: 24,9Cm Comprimento: 40,4Cm - 5,3L. tolerância +/-10%	Unid	2		R\$ 64,39	R\$ 128,78
35	TRVESSA RETANGULAR DE VIDRO. Para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira Altura: 7Cm Largura: 22Cm Comprimento: 36Cm - 3,3L. tolerância +/-10%	Unid	2		R\$ 37,31	R\$ 74,62
36	CALDEIRÃO ALUMÍNIO POLIDO 30L industrial linha hotel com tampa e pegador de tampa, alças bilaterais, diâmetro 38cm, altura 31cm 30L	Unid	2		R\$ 217,85	R\$ 435,70
37	CALDEIRÃO ALUMÍNIO POLIDO 20L industrial linha hotel com tampa e pegador de tampa, alças bilaterais diâmetro 34cm, altura 23cm	Unid	2		R\$ 108,39	R\$ 216,78
38	Xícara de Chá com Pires 240 ml - Em vidro temperado, suas peças são resistentes a impactos e podem ser levadas ao micro-ondas, freezer, geladeira e lava-louças	Unid	48		R\$ 7,02	R\$ 336,96
39	PANELA DE PRESSÃO, material alumínio polido, capacidade 7 l, sistema segurança válvula segurança, características adicionais tampa com sistema de fechamento externo	Unid	4		R\$ 113,86	R\$ 455,44
TOTAL LOTE 02						R\$ 10.308,96

Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	ZABUMBA tamanho mínimo 18" x 20 madeira, afinação dupla (canoas) verniz/pintada aros de alumínio.	Unid.	1		R\$ 388,20	R\$ 388,20
2	TRIANGULO MUSICAL de aço cromado 30 cm com baqueta e bag de proteção.	Unid.	1		R\$ 45,76	R\$ 45,76
3	TIMBAU feito em alumínio ou aço inox. Tamanho mínimo: 10"x 50cm. Pele leitosa ou hidráulica. Com estrutura metálica com mínimo de 6 tarrazas de afinação. Capa de proteção	Unid.	1		R\$ 644,83	R\$ 644,83
4	BONGÔ COM SUPORTE Material madeira, tamanho 7' x 8'pol, características adicionais pele em couro, cromado com suporte 6x7	Unid.	1		R\$ 843,00	R\$ 843,00



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



5	TAMBORIM de 06 polegadas\, de alumínio com pele de nylon., tamborim 06 aço com clamp tt 409, tamborim: corpo: abs aro: aço inox afinadores: 6 pele: leitosa. Tamanho: 6". Medidas do produto: comprimento: 16\,,5 cm largura: 16\,,5 cm de altura: 4 cm peso: 0\,,310 kg. Com capa reforçada para proteção	Unid.	1		R\$ 80,20	R\$ 80,20
6	UKULELE - ACÚSTICO - Tamanho 20" Formato do Corpo: Soprano Número de Cordas: 4. Madeira de Braço: Nato. Madeira de Tampo: Mahogany Laminado. Madeira da Lateral: Mahogany Laminado, Madeira de Fundo: Mahogany Laminado. Nut (Capo Traste): 34,5mm Número de Trastes: 12	Unid.	1		R\$ 219,83	R\$ 219,83
7	CAXIXI instrumento musical - percussão, tipo caxixi, material palha, tamanho aproximado 6,50 x 14 x 6,50, características adicionais fundo cabaça tratada e sementes.	Unid.	1		R\$ 84,71	R\$ 84,71
8	PANDEIRO - Acabamento em poliestireno, pele leitosa, alumínio e aço Especificações: Código do Produto: TP309 Peso: 0,560 Kg Altura: 5,20 cm Largura: 9,50 cm Comprimento: 9,50 cm.	Unid.	1		R\$ 101,66	R\$ 101,66
9	PAR DE MARACAS com casco arredondado de madeira e cabo de madeira. Com capa reforçada para proteção	Par	1		R\$ 172,17	R\$ 172,17
10	BERIMBAU COMPLETO -Pintado Tamanho 160 cm de Altura, Modelo Gunga, Modelo Gunga. Acompanhado de: 1- Baqueta de Tucum Tamanho 40 cm de comprimento; 1- Dobrão de Pedra; 1- Arame Tamanho 180 cm de comprimento. Fabricado com: Madeira Biriba	Unid.	1		R\$ 209,76	R\$ 209,76
11	CONTRA BAIKO de 5 (cinco) cordas - instrumento musical de corda, componentes com 5 cordas e estojo, tipo contrabaixo elétrico. com capa reforçada para proteção	Unid.	1		R\$ 1.370,18	R\$ 1.370,18
12	PEDESTAL GIRAFÁ p/ microfone c/ cachimbo acabamento: preto epóxi; altura mínima: 1,00 cm; altura máxima: 1,70 cm.	Unid.	2		R\$ 111,17	R\$ 222,34
13	Cabos para instrumentos P10 - 5M	Unid.	5		R\$ 40,84	R\$ 204,20
14	MICROFONE DE MAO COM FIO - dinâmico. Unidirecional. Impedância Nominal: 600 Ohms. Resposta de frequência: 80Hz a 15KHz, Sensibilidade (campo livre, sem carga): 1KHzMinima terminação de impedância: 1K Ohms. Sensibilidade do campo magnético: 50Hz cabo de no mínimo 5m de comprimento, conector xlr 3 pinos	Unid.	2		R\$ 198,20	R\$ 396,40
15	TECLADO ELETRÔNICO PORTÁTIL - tamanho 5/8 61 Teclas Adulto - 01 Suporte em X / 01 Capa de Transporte Preta / 01 Pedal Sustain / 01 Fonte Bivolt Original / 01 Estante de Partitura Original - com fonte bivolt.	Unid.	1		R\$ 1.864,36	R\$ 1.864,36



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



16	KIT CAIXA DE SOM ATIVA PASSIVA 150w 2 suportes pedestais, mesa de 8 canais e cabo P10. Especificações Técnicas caixa Ativa potência 150 W RMS, sistema eletro acústico, Falante de 8", Tweeter Piezoelétrico, entradas: 01 P10 para Microfone, 01 P10 Line, 01 RCA Auxiliar, 01 USB, 01 SD Card, equalização, graves e agudos. Módulo Media Player Entrada USB, SD Card, Sistema Compativel com bluetooth, Controle Remoto, Change Folder e Display em LED sensibilidade (1W/1M) 91Db 1MTS. resposta de frequência 60Hz - 18Khz, alimentação 127/220V. Especificações Técnicas caixa Passiva. potência 75W RMS. sistema eletro acústico .Woofe 8" ,Tweeter Piezoelétrico sensibilidade (1W/1M). 91Db 1MTS. resposta de frequência 60Hz - 18Khz. Especificações Técnicas mesa: Ajuste de Ganho por canal, Volume independente das saídas L e R, Equalizador de 02 vias - Graves e Agudos, Canal Estéreo com conectores P10 e RCA, 8 Canais P10 (6 canais mono / 1 estéreo), Dimensões (A x L x P): 65 mm x 254 mm x 250 mm	Unid.	1	R\$ 1.263,66	R\$ 1.263,66
TOTAL LOTE 03					R\$ 8.111,26

LOTE 04 - Esportivo						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	COLETE INFANTIL DUPLA FACE, 100% poliéster, cores a serem escolhidas pela Secretaria de Educação	Unid.	60		R\$ 24,89	R\$ 1.493,40
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO em com 11 gomos (termotec) - tecnologia de termo fusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. Maior durabilidade e alta performance, com (dupla colagem) - dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (neogel) - composto de amortecimento interno com 4.5mm	Unid.	5		R\$ 188,83	R\$ 944,15
3	BOLA DE VOLEIBOL MIRIM matrizada oficial com 18 gomos, confeccionada em pu, com câmara airbility, miolo slip system (lubrificado e substituível), com peso entre 240 a 270 gramas e circunferência entre 60 e 63 cm	Unid.	7		R\$ 137,28	R\$ 960,96
4	BOLA DE FUTSAL oficial com 62 a 64cm de circunferência, 400 a 440gr de peso, 8 gomos, feita em pu, inid. Construção termotec, câmara 6d, camada interna neogel, forro termofixo, dupla colagem	Unid.	7		R\$ 84,83	R\$ 593,81



5	BOLA DE HANDEBOL mirim oficial h1 1, tamanho mirim, tamanho 49-51 cm diâmetro, 20x20x20 cm, peso 230-270 g, miolo removível e lubrificado.	Unid.	7		R\$ 94,60	R\$ 662,20
6	PETECA ESPORTIVA: Peteca esportiva padrão oficial, com base em borracha e penas naturais (4 penas oficiais branca paralelas), discos montados em camadas sobrepostas com sinalizador e amortecedor com dimensões: Diâmetro da base: 5 a 6 cm; peso aproximado de 42gr a 50gr; altura total aproximada com a base de: 20cm.	Unid.	20		R\$ 11,00	R\$ 220,00
7	REDE DE PETECA Material: Polipropileno, Seda Medida: 1,00 x 8,00 metros fio 1,5mm 1 Faixa Sintética costurada na parte superior da rede	Unid.	2		R\$ 147,42	R\$ 294,84
8	BAMBOLE 63CM, aro de plástico pvc reforçado com 63 cm de diâmetro para ginástica em movimento.	Unid.	40		R\$ 8,71	R\$ 348,40
9	REDE DE VOLEI Medidas: altura 1,00m, largura 9,00 m, malha 10 x 10 cm, fio espessura 4 mm, material 100% PEAD (polietileno de alta densidade), fio trançado. Faixa de lona 100% algodão com costura dupla na parte superior da rede	Unid.	2		R\$ 173,25	R\$ 346,50
10	BOLA INICIAÇÃO N°10, borracha, 48 a 50cm, 180-200g, câmera airbility, miolo slip system removível e lubrificado	Unid.	10		R\$ 24,07	R\$ 240,70
11	BOLINHAS DE PLÁSTICO várias cores (para piscina de bolinhas) material tipo emborrachado, que garante mais durabilidade ao produto, não a deixando quebrar ou amassar, no tamanho de 76 mm atóxicas e não prejudicam a saúde dos usuários, saco com 100 unidades.	Pct	10		R\$ 69,20	R\$ 692,00
TOTAL LOTE 04					R\$ 6.796,96	

LOTE 05 - Tecidos						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR AZUL Helanca Light tensionado, 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20		R\$ 12,83	R\$ 256,60
2	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR AMARELA Helanca Light tensionado, 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20		R\$ 12,83	R\$ 256,60
3	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR BRANCA Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20		R\$ 12,83	R\$ 256,60
4	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR VERDE Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20		R\$ 12,83	R\$ 256,60



5	TECIDO DE MALHA SINTETICA - COR ROSA Helanca Light, tensionado 100% poliéster, largura de no mínimo 1,80 metros	Metro	20		R\$ 12,83	R\$ 256,60
7	TECIDO OXFORD LISO - COR AZUL ROYAL, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 10,57	R\$ 63,42
8	TECIDO OXFORD LISO - COR AMARELO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 7,26	R\$ 43,56
9	TECIDO OXFORD LISO - COR VERMELHO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 7,26	R\$ 43,56
10	TECIDO OXFORD LISO - COR LARANJA, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 7,26	R\$ 43,56
11	TECIDO OXFORD LISO - COR VERDE, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 7,26	R\$ 43,56
12	TECIDO OXFORD LISO - COR ROXO, 100% poliéster largura mínima de 3m.	Metro	6		R\$ 7,26	R\$ 43,56
TOTAL LOTE 05						R\$ 1.564,22

LOTE 06 - Jogos Pedagógicos						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	DOMINÓ SILÁBICO - jogo forma palavras, caixa de madeira, até 28 peças, encaixe de correr, material em madeira ou MDF	Unid.	20		R\$ 24,67	R\$ 493,40
2	JOGO DE DOMINÓ ADIÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20		R\$ 31,20	R\$ 624,00
3	JOGO DE DOMINÓ SUBTRAÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20		R\$ 22,52	R\$ 450,40
4	JOGO DE DOMINÓ MULTIPLICAÇÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20		R\$ 21,60	R\$ 432,00
5	JOGO DE DOMINÓ DIVISÃO em Madeira M.D.F 28 peças, dimensões 7 x 3 x 0,28 cm. Embalagem em caixa madeira	Unid.	20		R\$ 23,58	R\$ 471,60
6	JOGO DE DOMINÓ FRASES - Jogo didático composto por 28 peças em M.D.F, 01 caixa de madeira multicolor.	Unid.	20		R\$ 28,28	R\$ 565,60
7	JOGO DOMINÓ TEMA TRÂNSITO em M.D.F. 28 peças de 7 x 3,5 cm, pintada e serigrafada com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 17 x 9,5 x 4 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível	Unid.	10		R\$ 30,11	R\$ 301,10
8	JOGO DOMINÓ 28 PEÇAS, tipo dominó profissional, material das peças em osso puro, tipo peças padrão, para jogos profissionais. Pedras grandes, 100% feitas em osso, Tamanho da Pedra de 5x2,5x1 (Comprimento x Largura x Espessura), contendo 28 peças duplas. Com numeração de 0 a 6.	Unid.	20		R\$ 15,55	R\$ 311,00



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



9	QUEBRA CABEÇA MAPA DO BRASIL, material madeira, quantidade 27 peças, características adicionais 1 base e 26 peças com os estados do brasil., cor multicolor, aplicação jogo de colocação de peças	Unid.	20		R\$ 27,66	R\$ 553,20
10	QUEBRA-CABEÇA COM 50 PEÇAS EM MDF JOGO QUEBRA-CABEÇA NATUREZA PEQUENO EM MDF Composto por 50 peças. Medidas do Quebra cabeça montado: 30 x 23 cm. 1 Base de M.D.F. medindo 33,5 x 26,5 cm. Embalagem: Pelicula de P.V.C. encolhivel	Unid.	20		R\$ 24,44	R\$ 488,80
11	BLOCO DE ENCAIXE VERTICAL - Base em Madeira tamanho 33 x 22 x 6 cm com 10 pinos para encaixe das peças + 25 peças geométricas coloridas com furos para serem encaixados na base. Pode ser usado também como um quebra cabeça / puzzle vertical. Desenvolve o raciocínio lógico, concentração, seriação e classificação. I	Unid.	20		R\$ 57,54	R\$ 1.150,80
12	ÁBACO EM MADEIRA - fechado com 10 Colunas e 100 Argolas; Medindo aproximadamente 400 x 380 x 70mm. Acondicionado Em Embalagem Apropriada	Unid.	10		R\$ 37,50	R\$ 375,00
13	ÁBACO ABERTO- Jogo para aprender matemática - confecionado em MDF, Plásticos translúcido e Madeira, medindo 30x7x11cm, 5 varetas fixas, na base e 50 argolinhas de PVC rígido, translúcido coloridas	Unid.	10		R\$ 49,29	R\$ 492,90
14	MATERIAL DOURADO INDIVIDUAL COM 62 PEÇAS - contendo 62 Peças. Produzido em madeira, sendo: 2 prismas para as centenas, 10 Prismas para as dezenas e 50 cubinhos para as unidades. Prisma centena medindo aproximadamente 10x10x1cm, Prisma dezena medindo aproximadamente 10x1x1cm e cubinhos medindo aproximadamente 1x1x1cm. Recomendado para crianças a partir de 5 anos. Embalagem em caixa de madeira, com encaixe de correr; lacrada. Tampa Serigrafada. Com Certificado do Inmetro	Unid.	10		R\$ 30,81	R\$ 308,10
15	JOGO DE DAMA com 24 peças, tabuleiro em madeira mdf; em dimensões mínimas 26cm x 26cm; (12 peças brancas e 12 peças pretas)	Unid.	10		R\$ 36,61	R\$ 366,10
16	BARALHO. kit com 55 cartas de baralho (conjunto de 52 cartas+ 2 curingas + 1 carta garantia), em cartão couché 290g, com deslize aveludado, com naipes grande. tamanho da carta: 5,6 x8,7 cm. material plástico com difícil desgaste.	Unid.	10		R\$ 23,89	R\$ 238,90
17	JOGO UNO - jogo de cartas com 114 cartas medindo 5,6x8,7cm de cartão ou papel revestido de plástico.	Unid.	20		R\$ 21,52	R\$ 430,40
18	CUBO MÁGICO Cubo mágico profissional 3x3x3. Dimensões aproximadas: 56x56x56 cm; Material de composição: Plástico	Unid.	20		R\$ 10,83	R\$ 216,60



	colorido sem adesivos; Características: Mecanismo ajustável com molas.					
19	PEGA VARETAS - Jogo de pega varetas em plástico, com 31 peças coloridas. Tamanho mínimo das varetas 16,5cm de comprimento. Jogo tradicional de habilidade, concentração e estratégia. Embalagem: caixa litografada com instruções/regras do jogo; Composição / Material: Plástico	Unid.	20		R\$ 14,98	R\$ 299,60
20	JOGO DE PALAVRAS CRUZADAS em madeira: contém: 120peças e 01 tabuleiro (35 x 25 cm)	Unid.	20		R\$ 40,63	R\$ 812,60
21	Bingo de letras: composto por no mínimo 187 peças em MDF contendo 10 placas, 27 letras recortadas e 150 letras. Acondicionado em maleta plástica com alça e trava, medindo aproximadamente 32 x 7 x 28 cm.	Unid.	20		R\$ 42,04	R\$ 840,80
22	JOGO XADREZ - Jogo confeccionado em M.D.F - Estojo tabuleiro serigrafado, com 32 peças para o xadrez	Unid.	10		R\$ 42,08	R\$ 420,80
23	JOGO PEGA - PEGA TABUADA Com 42 cartelas de resultados, 1 sorteador, 1 disco de números, 2 bolinhas, 4 tabelas de tabuadas e 1 manual de instruções	Unid.	10		R\$ 86,85	R\$ 868,50
24	ALFABETO MÓVEL C/ 44 LETRAS; contém 44 letras acondicionadas em caixa de madeira tipo estojo, medindo 30cm de comprimento x24cm de largura x 0,7 cm de altura. embalagem em plástico encolhivel.	Unid.	10		R\$ 51,48	R\$ 514,80
25	TAPETE ALFABÉTICO ENCAIXADO - Material EVA, contendo 26 peças (letras de A a Z). Características: 36 placas 30x30cm e 8mm de altura; cobre área de 3m ² aproximadamente; colorido; lavável; - atóxico; antiderrapante;	Unid.	6		R\$ 152,04	R\$ 912,24
26	JOGO - APRENENDENDO A SOLETRAR -São 28 fichas e uma roleta para as crianças se divertirem enquanto aprendem; De 1 a 4 jogadores; Peças resistentes e de alta qualidade; Embalagem com tampa e fundo, fácil de abrir e fechar	Unid.	10		R\$ 37,28	R\$ 372,80
27	JOGO APRENENDENDO AS HORAS Peças em madeira reciclada e a pintura é feita na própria madeira: Itens inclusos: 13 peças. Dimensões aproximadas do produto: AxL 25cm x 25cm.	Unid.	10		R\$ 37,00	R\$ 370,00
28	JOGO DA MEMÓRIA LETRAS E FIGURAS com 52 peças de 50 x 38 x 3 mm cada Composição / Material: Madeira Embalagem: Madeira	Unid.	20		R\$ 36,30	R\$ 726,00
29	JOGO SEQUÊNCIA LÓGICA - Cenas Diversas. Conteúdo da Embalagem: 16 peças coloridas, Medidas do Produto (CxLxA): 7 x 7 x 0,3 cm (peça); Medidas da Embalagem (CxLxA): 23,5 x 10 x 4 cm; Material de Composição: Madeira.	Unid.	10		R\$ 37,58	R\$ 375,80



CORDEIROS

Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



30	JOGO SOLETRANDO - jogo de mesa educativo soletrando 528 fichas numeradas contendo palavras, 1 tabuleiro, 10 fichas numeradas (1a 10) 1 ampulheta, alfabeto móvel com: 25 vogais (5 de cada), 105 consoantes (5 de cada), 12 sinais gráficos 42,2x28,2x8,4cm.	Unid.	10		R\$ 38,17	R\$ 381,70
TOTAL LOTE 06						R\$ 15.165,54

LOTE 07 - Papelaria

Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	Total
					Unitário	
1	Papel ofício a4 210x297 pct 500 fls cx c/ 10 pcts 75gr com selo cerflor 31/01 - pedc - pefc/28-31- 01 - selo imetro - alcalino - iso 9001 / iso 14001 - selo ecf (livre de cloro elementar)	Cx	30		R\$ 276,63	R\$ 8.298,90
2	Lapis grafite preto nº 02 cx c/144 unds	Cx	10		R\$ 69,81	R\$ 698,10
3	Borracha branca 40 cx c/40 unds	Cx	10		R\$ 26,05	R\$ 260,50
4	Tinta guache coloridas 250ml	Unid.	60		R\$ 6,58	R\$ 394,80
5	Pincel chato nº 8	Unid.	50		R\$ 4,44	R\$ 222,00
6	Tesouras escolar	Unid.	48		R\$ 3,87	R\$ 185,76
7	Fita ad pp 45x50 transparente 50	Unid.	50		R\$ 5,24	R\$ 262,00
8	Fita ad dupla face espuma/banana 12x1,5m	Unid.	5		R\$ 21,99	R\$ 109,95
9	Lápis cor 12 cores grande	Cx	20		R\$ 12,15	R\$ 243,00
10	Cola branca 90g	Unid.	100		R\$ 2,77	R\$ 277,00
11	Grampos 26/6	Cx	20		R\$ 8,28	R\$ 165,60
12	Grampeador 26/6 para 25fl metal	Unid.	10		R\$ 36,95	R\$ 369,50
13	EVA liso cores variadas	Unid.	100		R\$ 2,01	R\$ 201,00
14	EVA com gliter cores variadas	Unid.	100		R\$ 3,82	R\$ 382,00
15	Papel Kraft Branco 70g Com 90cm X 50 Metros	Rolo	2		R\$ 123,12	R\$ 246,24
16	TNT liso rolo com 50M	Rolo	15		R\$ 63,75	R\$ 956,25
17	Papel cartão a4 240g pct c/ 100 folhas	Pct	10		R\$ 65,15	R\$ 651,50
18	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls amarelo	Pct	3		R\$ 8,16	R\$ 24,48
19	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls azul	Pct	3		R\$ 8,16	R\$ 24,48
20	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls rosa	Pct	3		R\$ 8,66	R\$ 25,98



CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



21	Papel ofício a4 210x297 pct 100 fls verde	Pct	3		R\$ 8,66	R\$ 25,98
22	Marcador p/q.branco azul recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, expressura da escrita: 3,5mm, refil e ponta substituíveis	Cx	4		R\$ 150,92	R\$ 603,68
23	Marcador p/q.branco vermelho recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, expressura da escrita: 3,5mm, refil e ponta substituíveis	Cx	4		R\$ 147,53	R\$ 590,12
24	Marcador p/q.branco preto recarregável cx c/12 unds - dimensões: 13,5x2,4x2,4cm, ponta de poliéster 6mm, expressura da escrita: 3,5mm, refil e ponta substituíveis .	Cx	4		R\$ 144,50	R\$ 578,00
25	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml - azul	Unid.	2		R\$ 70,98	R\$ 141,96
26	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml- vermelho	Unid.	2		R\$ 70,59	R\$ 141,18
27	Reabastecedor p/marc.q.branco 500ml - preto	Unid.	2		R\$ 70,59	R\$ 141,18
28	ponta de poliéster 6mm para marcador	Unid.	45		R\$ 6,72	R\$ 302,40
29	Livro ponto ofício 4 assinaturas c/100fls	Unid.	5		R\$ 19,04	R\$ 95,20
30	Livro ata 100 fl	Unid.	5		R\$ 15,02	R\$ 75,10
31	Massa de modelar 12 cores 180 gr	Cx	50		R\$ 7,94	R\$ 397,00
32	Envelope saco branco 24x34	Unid.	100		R\$ 0,63	R\$ 63,00
33	Envelope carta of. 114x229 s/cep	Unid.	100		R\$ 0,39	R\$ 39,00
TOTAL LOTE 07					R\$ 17.192,84	

LOTE 08 - Horta						
Item	Produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor (Máximo Aceitável)	
					Unitário	Total
1	TELAS DE SOMBREAMENTO (SOMBRITE) 50% especificação: peça 4 x 50m com Proteção Aditivo UV Não Resseca Não Fica Quebradiça e Não Desfia	Rolo	2		R\$ 489,87	R\$ 979,74
2	SEMENTES DE ALFACE livre de agrotóxicos e transgênicos. pacote 50 g	Pct	6		R\$ 1,74	R\$ 10,44
3	SEMENTES DE COENTRO livre de agrotóxicos e transgênicos. Pacote 500 g	Pct	4		R\$ 27,10	R\$ 108,40
4	SEMENTES DE BETERRABA livre de agrotóxicos e transgênicos. Pacote 500g	Pct	4		R\$ 127,34	R\$ 509,36
5	SEMENTES DE TOMATES livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 50 g	Pct	3		R\$ 160,74	R\$ 482,22
6	SEMENTE DE CENOURA livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 50 g	Pct	5		R\$ 20,58	R\$ 102,90
7	SEMENTES REPOLHO livre de agrotóxicos e transgênico. pacote 100 g	Pct	3		R\$ 58,64	R\$ 175,92



CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!



					R\$	R\$
					18,96	189,60
8	REGADOR 5L, plástico, bico chuveiro, alça inteira, capacidade de 5L	Unid.	10		R\$ 18,96	R\$ 189,60
9	REGADOR 10L, plástico, bico chuveiro, alça inteira, capacidade de 10 L	Unid.	5		R\$ 26,46	R\$ 132,30
10	TESOURA PODA, jardinagem, grama, cerca viva, material lâmina aço carbono. cabo de madeira. comprimento total de 48,2 cm	Unid.	1		R\$ 33,28	R\$ 33,28
11	ALICATE JARDIM, material da lâmina aço carbono, cabo de plástico, trava de segurança para fechamento das lâminas quando não estão em uso. Comprimento total 21cm	Unid.	1		R\$ 24,06	R\$ 24,06
12	BANDEJA SEMENTEIRA 200 células para plantio De Mudas. composição plástico. Comprimento 53cm, largura 27cm, profundidade 4,5cm	Unid.	4		R\$ 31,85	R\$ 127,40
13	SERROTE DE PODA profissional cabo madeira - lâmina em aço alto carbono temperado e lixado. cabo ergonômico injetado. dentes travados com dupla afiação.	Unid.	1		R\$ 42,10	R\$ 42,10
14	KIT DE JARDINAGEM COM 5 PEÇAS: 01 und - Pazinha Larga com Cabo, 30,2cm x 8,3cm, em aço carbono: 01 und - Pazinha Estreita com Cabo, 30,6cm x 5,8cm, em aço carbono 01 und - Ancinho 3 Dentes com Cabo, 24,7 cm x 7,2cm, em aço carbono 01 und - Sacho Duas Pontas com cabo 60 cm. 01 und - Sacho Coração com cabo, 60cm x 26,6 cm, em aço carbono	Kit	3		R\$ 106,80	R\$ 320,40
15	TAMBOR BOMBONA plástico polipropileno, capacidade 200 litros com tampa de rosca removível	Unid.	2		R\$ 210,83	R\$ 421,66
16	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL, contendo tanque de polietileno com capacidade de 20 litros, alavanca de acionamento, conjunto de pulverização com bomba do tipo pistão duplo de latão, 6 kgf/cm ² de pressão de trabalho máxima, lança de 60 cm, mangueira de 1,35 m com registro e sistema de correia para fixação às costas do usuário	Unid.	1		R\$ 197,93	R\$ 197,93
17	SACO PLÁSTICO de cor preta próprio para mudas tamanho 10cm x 20cm	Unid.	1000		R\$ 24,44	R\$ 24.440,00
TOTAL LOTE 08						R\$ 28.297,71

Os valores acima serão ajustados com base na pesquisa de mercado e planilha consolidada.)

Metodologia Utilizada para Estimativa de Preços

Para a formação do valor estimado, foram adotados os seguintes parâmetros:

- Coleta de preços junto a, no mínimo, três fornecedores locais e regionais atuantes no segmento;

- Consulta a contratações anteriores realizadas por este Município e por entes públicos de porte similar;
- Referência a bases de dados oficiais (ex.: Painel de Preços do Governo Federal, Banco de Preços em Saúde, pesquisas estaduais/municipais disponibilizadas em portais de compras públicas).

A metodologia seguiu as orientações do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário do TCU, priorizando critérios de economicidade e aderência às práticas de mercado.

Memória de Cálculo e Justificativa dos Valores

Os preços estimados refletem a média ponderada dos valores coletados em pesquisa de mercado, descartando eventuais distorções (valores excessivamente altos ou baixos).

A memória de cálculo encontra-se registrada em planilha específica, demonstrando a formação dos valores unitários e totais, garantindo transparência e rastreabilidade dos dados.

Documentação de Embasamento

- Cotações formais obtidas junto a fornecedores locais/regionais;
- Extratos de contratações similares realizadas em exercícios anteriores;
- Consultas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal (<https://www.paineldeprecos.planejamento.gov.br>);
- Bases de dados públicas disponíveis em portais estaduais e municipais de compras governamentais.

Observações

- O valor estimado da contratação não vincula a Administração, servindo como parâmetro para aferição da vantajosidade das propostas.
- Eventuais variações nos quantitativos efetivamente adquiridos durante a execução do contrato serão ajustadas de acordo com a demanda, observados os limites legais para acréscimos e supressões (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).
- A atualização da pesquisa de preços será realizada imediatamente antes da formalização da contratação, para assegurar a aderência ao mercado vigente.

7. Adequação Orçamentária e Previsão de Recursos

Disponibilidade Orçamentária



A contratação em referência conta com dotação orçamentária previamente consignada no orçamento municipal vigente, assegurando plena cobertura financeira para a execução do objeto. A reserva de recursos foi realizada em conformidade com os princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

Origem dos Recursos

Os recursos destinados à presente contratação são oriundos do Tesouro Municipal, vinculados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Cordeiros. A contratação observará a seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA: 0118 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, 1011 - APPLICACAO DA OFERTA DO ENSINO INTEGRAL, 3.3.90.30.00 Material de Consumo, 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente, Fonte 1500 / 1544 / 1569

Compatibilidade com o Plano de Contratações e Leis Orçamentárias

A contratação está devidamente compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), respeitando as metas fiscais estabelecidas.

Previsão de Suplementação Orçamentária

Caso a execução do contrato exija ajustes em função de variações de quantitativos ou demandas adicionais, poderá ser necessária a abertura de crédito suplementar, nos termos da legislação vigente. Nessa hipótese, a Administração justificará a necessidade da suplementação com base na manutenção da continuidade dos serviços públicos e na preservação da frota municipal.

Observações

- O valor global estimado da contratação não ultrapassa o limite da dotação orçamentária disponível, preservando o equilíbrio fiscal do Município;
- A execução financeira da despesa será acompanhada pela contabilidade municipal, garantindo transparência e conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- A contratação será registrada no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, em atendimento ao art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

**Cinara Alves de Moraes Andrade
Secretaria de Educação**



ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.... /2025.

O MUNICÍPIO DE CORDEIROS - BA com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, Centro, na cidade de Cordeiros - BA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° XXXXXXXXXXXXX, NESTE Ato representada pelo Prefeito, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° XXXXXXXXXXXXXX e portador do RG n° XXXXXXXXXXXXX-SSP/xx, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado DETENTOR DA ATA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE , decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 012/2025 Processo Administrativo n° 0144/2025, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n°....., sediada na, neste ato representada pelo Sr(a) (nome e função no detentor data), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,
(....)

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: XXXXXX.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Marca	Unidade de medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 012/2025 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,

que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I - Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II - Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III - Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II - Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I - Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II - Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor

pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I - PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II - SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III - TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III - A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

- 6.1.4.1.** Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;
- 6.1.4.2.** Emitir a autorização de compra;
- 6.1.4.3.** Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;
- 6.1.4.4.** Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 6.1.4.5.** Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;
- 6.1.4.6.** Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;
- 6.1.4.7.** Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;
- 6.1.4.8.** Receber a “solicitação de adesão” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do “termo de adesão”.
- 6.1.5.** Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.
- 6.1.6.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 6.1.6.1.** Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

- 6.2.1.** Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 6.2.2.** Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.
- 6.2.3.** Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos às solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de

consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuênciam do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão



gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)¹.

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela

¹ **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

entidade participante, desde que haja prévia anuênciia do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por



até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA**.

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do GERENCIADOR DA ATA

Representante legal do DETENTOR DA ATA



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n. XXX/202X fornecimento que entre si
celebram o Município de
por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
SOCIAL** e a empresa
.....

O MUNICIPIO DE CORDEIROS - ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, Cordeiros - BA, CEP xxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. xxxxxxxxxxxxx, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxxxxxxxxxxxx e portador do RG nº xxxxxxxxxxx-SSP/BA, residente e domiciliado neste Município de Cordeiros , doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , sediada na , doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0144/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 012/2025** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a Aquisição de Equipamentos e Utensílios para atender a necessidade das Escolas no regime de Tempo Integral no município de Cordeiros, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Ata de Registro de Preço nº (...).

1.2.4. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APPLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

3.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.



3.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição da Contratante durante todo o período do contrato.

3.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

3.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

3.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

3.15 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

3.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

3.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021,

ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

DO REAJUSTE

3.26. Os preços contratados não poderão sofrer reajustes durante o período de 12 (doze) meses. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. As regras de reajuste são aquelas previstas no subitem 18 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice



IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.10.1. O prazo de validade;

6.10.2. A data da emissão;

6.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.10.5. O valor a pagar; e

6.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

- 6.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.22.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 7.1.** As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentaria:
- XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- 7.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

8.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição da Contratante durante todo o período do contrato.

8.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

8.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua

competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações descritas no Termo de Referência, caberá à Fundo Municipal de Educação:

I – Efetuar o pagamento ao(à) CONTRATADO(A) pelo fornecimento dos bens, na forma, prazos e condições estabelecidos neste instrumento e em conformidade com a legislação vigente, especialmente o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

II – Providenciar a emissão da ordem de fornecimento, especificando os locais, horários e responsáveis pelo recebimento dos bens, observada a lista de escolas municipais em regime de tempo integral indicada pela Secretaria Municipal de Educação.

III – Disponibilizar servidor ou comissão designada para acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens fornecidos, conforme previsto nos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

IV – Receber os bens entregues, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições estabelecidas no Termo de Referência, rejeitando aqueles que estiverem em desacordo ou apresentarem vícios.

V – Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do contrato, de forma a não causar prejuízos ou atrasos ao fornecimento.

VI – Garantir as condições adequadas para o recebimento dos bens, incluindo o local apropriado para conferência, descarga e armazenamento, quando for o caso.

VII – Formalizar e comunicar ao CONTRATADO(A) qualquer ocorrência que possa afetar a execução contratual, registrando em ata ou relatório de acompanhamento, com vistas à aplicação das medidas cabíveis.

VIII – Cumprir as demais obrigações previstas em lei, no edital, no Termo de Referência e neste contrato, garantindo a fiel execução do ajuste e resguardando o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas no Termo, caberá à empresa contratada para fornecimento dos produtos:

I – Fornecer os bens objeto do presente contrato rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e neste instrumento.

II – Entregar os equipamentos e utensílios novos, de primeiro uso, devidamente embalados, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais de uso em língua portuguesa (quando aplicável) e notas fiscais correspondentes.

III – Efetuar a entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da ordem de fornecimento, nos locais designados pela Secretaria Municipal de Educação, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento, descarga e demais custos logísticos.

IV – Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, quaisquer bens que apresentem defeitos de fabricação, irregularidades, danos no transporte ou não estejam em conformidade com as exigências contratuais, sem ônus adicional para a Administração.

V – Assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos fornecidos, contados da data do recebimento definitivo, prestando suporte técnico e encaminhamento a assistência autorizada, quando necessário.

VI – Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer encargos decorrentes da execução contratual, sem transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE.

VII – Atender prontamente às solicitações e orientações da fiscalização do contrato, prestando todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução.

VIII – Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

IX – Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa ou inexecução contratual, assegurado o direito de regresso contra seus empregados, prepostos ou terceiros contratados.

X – Cumprir fielmente todas as disposições legais, regulamentares e contratuais, bem como as demais determinações expedidas pela Administração relativas à execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A empresa licitante e/ou contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações praticadas durante o certame licitatório ou na execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do presente Termo de Referência, observando-se sempre o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

12.2. Comete infração administrativa o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.2.1. Deixar de apresentar a documentação exigida para habilitação ou deixar de fornecer qualquer documento solicitado durante o procedimento (art. 155, IV, da Lei nº 14.133/2021);

12.2.2. Não mantiver a proposta apresentada, salvo por fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:

a) Não encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado ou à negociação;

b) Recusar-se a detalhar a proposta quando exigido;

c) Solicitar desclassificação após o encerramento da fase competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra, se exigida;

e) Apresentar amostra ou proposta em desconformidade com as exigências do edital;

12.2.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta (art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);

12.2.4. Apresentar declarações ou documentos falsos, seja no processo licitatório ou durante a execução do contrato (art. 155, VIII);

12.2.5. Fraudar o procedimento licitatório, em qualquer de suas fases (art. 155, IX);

12.2.6. Comportar-se de forma inidônea ou fraudulenta, especialmente nos seguintes casos:

a) Conluio com outros participantes ou violação das regras legais;

b) Indução dolosa ao erro da Administração;

c) Apresentação de amostras falsificadas ou com características manipuladas;

12.2.7. Praticar atos ilícitos com a finalidade de frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI);

12.2.8. Praticar ato lesivo à Administração Pública, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), conforme prevê o art. 155, XII da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Com fundamento no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções administrativas, de forma isolada ou cumulativa, conforme a natureza e gravidade da infração cometida:

- Advertência escrita, para infrações de menor potencial ofensivo ou passíveis de correção imediata, sem prejuízo ao interesse público;
- Multa, de natureza compensatória ou moratória, conforme previsão editalícia e contratual específica;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicável nos casos mais graves ou quando comprovada a reincidência, com efeitos em âmbito nacional.

12.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à multa, levando-se em consideração a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração, especialmente quando afetarem o atendimento digno e célere às famílias em situação de vulnerabilidade social.

SANÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA:

12.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
12.2.1.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
12.2.2.	
12.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação



12.2.4.	
12.2.5.	
12.2.6.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação
12.2.7.	
12.2.8.	

11.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até (15 quinze) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Cordeiros /BA, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:

12.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Cordeiros /BA, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.1.	Impedimento pelo período de até três meses.
12.2.2.	Impedimento pelo período de até quatro meses
12.2.3.	

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR:

12.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.4, 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.4.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.7.	
12.2.5.	
12.2.6.	declaração de inidoneidade de até seis anos
12.2.8.	

12.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido, com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução do objeto especificado no instrumento contratual.

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Cordeiros, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

15.3. A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar



acessos não autorizados, acidentes, vazamentos accidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Cordeiros estará exposto.

15.4. A **CONTRATADA** deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A **CONTRATADA** deverá permitir a realização de auditorias do Município de Cordeiros e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.4.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao Município de Cordeiros, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.5. A **CONTRATADA** se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Cordeiros, mediante solicitação.

15.5.1. A **CONTRATADA** deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de Cordeiros, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.6. A **CONTRATADA** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela **CONTRATADA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A **CONTRATADA** deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Cordeiros a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a **CONTRATADA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de Cordeiros e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

15.10. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade e resarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Cordeiros para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Cordeiros .

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA**.

17.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Condeúba,



Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

MUNICÍPIO DE CORDEIROS/BA – BA

Representante legal do órgão gerenciador

CONTRATANTE

[EMPRESA]

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF

2. _____

CPF

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Cordeiros

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/202X-SRP

Objeto:

Abertura:

Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/202X-SRP**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

- a)** prazo de validade da proposta: (.....) dias;
b) prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Os dados da nossa empresa são:

- a)** Razão Social: _____;
b) CNPJ n.º: _____;
c) Endereço Completo: _____;
d) Fone: _____;
e) Fax (se houver): _____;
f) E-mail: _____;
g) Conta Bancária/Agência/Banco: _____.



Local, Data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:					
END. COMERCIAL:					
				UF:	
CEP:	E-MAIL:				FONE:
CONTATO:					
CNPJ:		INSC. ESTADUAL:			
VALIDADE DA PROPOSTA:		REPRESENTANTE LEGAL:			
DADOS BANCÁRIOS: BANCO:		AGÊNCIA:		C/C:	
OBJETO:					

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRÍÇÃO	QTD	Und.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
02					
03					
VALOR GLOBAL:					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____,

_____/_____/____

LOCAL

DATA

ASSINATURA

E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

C – MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

D – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTO;

E – MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES.



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V - A

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1)** Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **CORDEIROS/BA** ou responsável pela licitação;
- 2)** Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **CORDEIROS/BA** ou responsável pela licitação;

.....,
..... de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V – B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao

Agente de Contratação

Ilmo(a) Sr(a):

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º , neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

.....,.....
..... de 202X.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V – C

**MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A empresa (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ().

(**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 202X.

Assinatura: _____

Razão Social da licitante e CARIMBO COM CNPJ



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V - D

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

DECLARAÇÃO

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº. _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:
 MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;
 COOPERATIVA, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), _____ de _____ de _____.
_____, _____.

Representante Legal

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa.



PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025-SRP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0144/2025.

ANEXO V - E

MODELO - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Declaramos para os devidos fins:

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço da Empresa:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:		E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE PARA A ASSINATURA DE CONTRATO		
Nome:		
Cargo:	RG:	CPF:
Endereço do Representante Legal:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:		E-mail:

DADOS DA CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO		
Banco:	Agência:	Conta: